



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

***OCCASIONAL PAPER N.º 31***

**Sarkozy e a Revisão da Estratégia de Segurança Europeia em 2008**

*Bernardo Pires de Lima, Instituto de Defesa Nacional*

A velha máxima que sublinha que os franceses só fazem reformas quando há uma revolução não parece estar a ser seguida, também nos assuntos internacionais, pelo actual chefe de Estado. Pondo de lado os *affairs* cor-de-rosa que Nicolas Sarkozy tem protagonizado, estes primeiros oito meses de mandato ficaram definitivamente marcados pelo regresso da França às grandes questões estratégicas internacionais. Um reformismo na perspectiva francesa que não precisou de qualquer revolução para ser levado a cabo e que assentou, essencialmente, em três grandes pilares.

Primeiro, a um nível extra europeu. Significa isto uma maior vontade política em fixar-se em cenários geoestratégicos extremamente importantes para o redimensionamento da França, isto é, ao colocar como prioridades a criação de uma União Mediterrânica e integrar o pelotão da frente no Golfo Pérsico com norte-americanos e britânicos junto dos novos “tigres” da região: Emirados Árabes Unidos e Bahrein. Paris terá mesmo uma base militar em Abu Dhabi, com quinhentos homens em permanência avistando o Irão do outro lado do estreito de Ormuz. O centro de gravidade francês desloca-se a bom ritmo de África para o Golfo Pérsico.

Segundo, ao nível transatlântico. Sarkozy inverteu de imediato a herança de Chirac e posicionou-se como o grande aliado de Washington no quadro europeu, numa altura em que esse lugar parecia estar vago com a saída de Tony Blair e com a apetência pelo posto da chanceler Merkel. Num realinhamento impensável há bem pouco tempo atrás,

assistimos às três principais potências europeias em fila à porta da Casa Branca para serem recebidos. Paris anunciou mesmo a intenção de regressar à estrutura militar da NATO, abandonada pelo general De Gaulle em 1966. Se há aspecto que a redefinição das alianças globais promovidas por Washington tem vindo a mostrar foi a extrema necessidade dos europeus não perderem o rumo dos acontecimentos.

Terceiro, ao nível europeu. Se com Angela Merkel algumas tensões foram sendo esbatidas e o processo negocial do actual Tratado de Lisboa acelerado, sem a entrada em cena de Sarkozy esta dinâmica teria coxeado certamente. Até porque em *Downing Street* habita um novo inquilino com pergaminhos “europeístas” um pouco diferentes de Blair. A França prepara-se para assumir a última presidência rotativa ao nível do Conselho Europeu, no segundo semestre de 2008, de acordo com o novo modelo institucional. Sarkozy fecha um ciclo europeu. E quer fechá-lo em grande, como francês que é.

A primeira aposta é a concretização da ideia da União Mediterrânica, um fiel retrato da União Europeia desta vez para uma região sua vizinha e com quem esta já mantém acordos assinados. Estabilidade económica, segurança, controlo da imigração e influência francesa são os principais objectivos de Sarkozy. Mas a iniciativa mais relevante será a revisão da Estratégia de Segurança Europeia de 2003 (ESE03). Olhemos um pouco para o que Sarkozy pretende fazer.

Em primeiro lugar, mesmo que a generalidade das análises apontem para a ESE03 como um documento conciliador da fase pós-Iraque e até demonstrativo das ambições globais da União, podem ser apontadas cinco fragilidades ao documento: excessiva ambição geopolítica; poucas considerações sobre a Rússia; quase nada sobre segurança energética; reduzidos pontos sobre alterações climáticas; deficiente estratégia sobre defesa.

Em segundo lugar, o contexto de 2003 é distinto do actual. As tensões transatlânticas em redor do Iraque esbateram-se, embora as divergências estratégicas no seio da Aliança Atlântica não, como prova o cenário do Afeganistão. Por seu lado, há como que um ressurgimento da “ameaça estadual” russa, não nos moldes da Guerra Fria, mas do ponto de vista económico/energético e militar. Se há pouco mais de um ano estávamos a debater a “carne polaca” com Moscovo, hoje a discussão está ao nível da segurança nuclear com uma retórica estridente a lembrar outros tempos. Nos Balcãs, por exemplo, vemos hoje que o actor fundamental para a estabilidade desse quadrante europeu está numa encruzilhada entre Bruxelas e Moscovo, posição ingrata a que o problema da independência do Kosovo em nada veio ajudar. O relevante aqui é que a

Rússia deve ser (e está a ser) um desafio estratégico a incluir no novo documento de segurança europeia.

Em terceiro lugar, não é à toa que Sarkozy quer rever a ESE. Tal como Blair, o presidente francês quer liderar a Europa pela via da segurança e defesa. Como? Aparentemente pelos bons motivos, embora destes esteja, em boa verdade, o inferno cheio. Paris já fez saber que quer uma cooperação estreita e estratégica entre a NATO e a UE. Além de querer regressar ao pilar militar da NATO, a França quer que o texto da nova ESE (ESE08) se debruce sobre esta relação, que considera vital para a estabilidade entre europeus, com o Mediterrâneo e sobretudo com a Rússia. Além disso, qualquer cenário de crise que “obrigue” a UE a confrontar-se com as regiões mencionadas requer meios militares que as capitais europeias preferirão usar sob o chapéu da NATO, em vez de sob a incipiente PESD. Também por isso um alinhamento entre a UE e a NATO no plano dos meios militares disponíveis reduziria os custos de qualquer acção mais comprometedora politicamente.

No seguimento deste argumento, surge um facto que 2003 ainda não tinha mostrado: a limitação dos recursos militares norte-americanos se aplicados a um conjunto de teatros de guerra ao mesmo tempo e em paralelo com as centenas de milhares de tropas que Washington tem estacionadas pelo mundo, nomeadamente na Europa Ocidental, no Japão e na Coreia do Sul. Se a ESE08 tem que persuadir os EUA a continuarem envolvidos na segurança europeia e da sua vizinhança (até para não criar novas fissuras entre os membros da União que, como provou a fase pré-Iraque, na altura de “escolherem segurança” estão com Washington, não com Bruxelas, Paris ou Berlim – a História é sábia nestas alturas) tem, também, que definitivamente demonstrar uma nova retórica política sobre a urgência dos investimentos europeus em defesa. Uma nova crise nos Balcãs pode pôr isso a nu, dando não só uma machadada final na credibilidade da União, como do atingirá o próprio texto do Tratado de Lisboa. Mas pode ainda provar que os exageros cometidos em redor de uma estratégia quase linear de *soft power* e do triunfo apoteótico e cego do “fim da história”, não conferiram mais poder à Europa do que aquele que detinha antes da ameaça soviética ruir.

Assim, de acordo com os novos desafios à segurança europeia desde a ESE03, Sarkozy tem vindo a traçar com o seu *staff* (note-se que não é indiferente o facto de o seu conselheiro para os assuntos internacionais ter sido embaixador em Washington até há pouco tempo) as novas linhas da ESE08 com base no trabalho ainda em curso de uma comissão liderada por Jean-Claude Mallet em redor do *White Paper on Defense and National Security*. Por outras palavras, Sarkozy acaba por admitir que França e Europa se podem confundir perfeitamente nestas matérias. Não é fácil esquecer De Gaulle.

Mas um dos pontos que este novo documento estratégico deve acrescentar é qual o enquadramento necessário a uma intervenção da UE. Isto é, que critérios devem estar reunidos, quando deve ocorrer a intervenção, que tipologia deve esta apresentar, que objectivos querem ser atingidos e quando está prevista uma retirada. O Iraque e o enquadramento da primeira ESE demonstraram que sem um mandato político claro, uma abordagem com o mínimo de união e uma concordância quanto à retirada, as intervenções desse tipo podem estar condenadas ao insucesso ou ter maior dificuldade em resultar.

Digamos que as debilidades apontadas atrás em relação ao documento de 2003 estarão na primeira linha da agenda. Esta deve ainda ser mais fundamentada do que as treze páginas do anterior documento e até prever a sua revisão de cinco em cinco anos. Mas a relação entre a UE e a NATO – que confere assim nova relevância à França de Sarkozy no espaço euro-atlântico pós-Blair – é a grande aposta. Ou deve ser. Sobretudo se versar sobre cinco grandes áreas: (1) a necessidade imperiosa de mais investimento na Defesa; (2) um renovado discurso político sobre estas matérias; (3) a defesa da complementaridade entre operações da NATO e da UE e não a sua rivalidade ou duplicação de meios; (4) o reforço da coordenação entre entidades civis e militares nos cenários de conflito, pós-conflito e reconstrução; (5) um apelo à necessidade da NATO e da UE partilharem a planificação das operações, assumindo que ambas serão actores no cenário de crise, em fases paralelas ou consequentes, o que obrigaria a harmonizar alguns procedimentos.

O grande debate europeu de segurança para os próximos anos será sobretudo travado ao nível político. Serão os decisores eleitos a ter a tarefa de explicar aos cidadãos que a paz não é perpétua, que as ameaças são para ser levadas a sério e que, acima de tudo, a segurança do dia-a-dia é cara e deve ser partilhada. O patamar ideológico da Europa pós-1989 deve ser mudado pelos decisores, sob pena de os anos irem passando e os europeus não saírem desse glorioso dia do calendário que foi 9 de Novembro de 1989.